

**Acadêmicos indígenas no ensino superior: apresentando trajetórias universitárias que contribuem para a afirmação étnica**

***Indigenous students in higher education: presenting academic trajectories that contribute to ethnic affirmation***

***Acadêmicos indígenas en educación superior: presentando trayectorias universitarias que contribuyen a la afirmación étnica***

Carlos Magno Naglis Vieira<sup>1</sup>

Gustavo dos Santos Souza<sup>1</sup>

Eva Maria Luiz Ferreira<sup>1</sup>

DOI: <https://dx.doi.org/10.20435/tellus.v23i51.909>

**Resumo:** Partindo de experiências dos autores com povos indígenas no ensino superior, o artigo busca apresentar as trajetórias universitárias que contribuem para a afirmação étnica de acadêmicos indígenas que cursam ou cursaram graduação na Universidade Católica Dom Bosco/UCDB, Mato Grosso do Sul/Brasil. Fruto de reflexões de uma pesquisa em desenvolvimento no Grupo de Pesquisa Educação Intercultural e Povos Tradicionais/CNPq, o texto está amparado em estudos que estão marcados pelo pensamento de intelectuais que se orientam pela cosmovisão de populações tradicionais e que transitam pelos diferentes espaços escolares/acadêmicos e uma metodologia de caráter qualitativo, que utiliza como procedimento metodológico para a produção dos dados, a observação e a entrevista com acadêmicos indígenas. O artigo procura contribuir para a troca de experiências universitárias e colaborar para a desestruturação de uma subalternização direcionada a estes povos, incentivando o protagonismo indígena no que se refere à representatividade social, política e acadêmica/científica, e ressaltando a presença indígena na universidade como fonte para a construção de saberes decolonizados e a possibilidade de criação de uma educação intercultural.

---

<sup>1</sup> Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil.

**Palavras-chave:** acadêmicos indígenas; ensino superior; indígenas no ensino superior; afirmação étnica.

**Abstract:** Based on the authors experiences with indigenous peoples in higher education, the article seeks to present the university trajectories that contribute to the ethnic affirmation of indigenous students who attend or have attended undergraduate courses at the Catholic University Dom Bosco/UCDB, Mato Grosso do Sul/Brazil. As a result of reflections from research in progress at the Intercultural Education and Traditional Peoples Research Group/CNPq, the text is supported by studies that are marked by the thinking of intellectuals who are guided by the cosmovision of traditional populations and who transit through different educational spaces and a qualitative methodology, which uses observation and interviews with indigenous students as a methodological procedure for data production. The article seeks to contribute to the exchange of university experiences and to contribute to the destructuring of a subordination aimed at these peoples, encouraging indigenous protagonism in terms of social, political and academic/scientific representation, and emphasizing the indigenous presence in the university as a source for the construction of decolonized knowledge and the possibility of creating an intercultural education.

**Keywords:** indigenous students; higher education; indigenous higher education; ethnic affirmation

**Resumen:** Basado en las experiencias de los autores con pueblos indígenas en la educación superior, el artículo busca presentar las trayectorias universitarias que contribuyen a la afirmación étnica de académicos indígenas que cursan o cursaron cursos de pregrado en la Universidad Católica Dom Bosco/UCDB, Mato Grosso do Sul/Brasil. Como resultado de las reflexiones de investigaciones en curso en el Grupo de Investigación Educación Intercultural y Pueblos Tradicionales/CNPq, el texto se sustenta en estudios que están marcados por el pensamiento de intelectuales que se guían por la cosmovisión de las poblaciones tradicionales y que transitan por diferentes espacios escolares/académicos y una metodología cualitativa, que utiliza la observación y entrevistas con académicos indígenas como procedimiento metodológico para la producción de datos. El artículo busca contribuir al intercambio de experiencias universitarias y contribuir a la desestructuración de una subordinación dirigida a estos pueblos, fomentando el protagonismo indígena en términos de representación social, política y académica/científica, y enfatizando la presencia indígena en la universidad como fuente para la construcción de saberes descolonizados y la posibilidad de construir una educación intercultural.

**Palabras clave:** académicos indígenas; educación superior; indígenas en la educación superior; afirmación étnica

## **1 PALAVRAS INICIAIS**

A experiência de conviver com acadêmicos indígenas no Ensino Superior foi significativa, pois possibilitou uma vasta troca de conhecimentos e vivências entre os autores<sup>2</sup> (não indígenas) com os indígenas que circulavam pela universidade e, principalmente, no espaço do Programa Rede de Saberes - Permanência de Indígenas no Ensino Superior, projeto desenvolvido pela Universidade Católica Dom Bosco/UCDB no Núcleo de Estudos de Pesquisa das Populações Indígenas/NEPPI. O projeto foi criado pela Fundação Ford e busca a permanência dos acadêmicos indígenas que ingressam na universidade. A iniciativa tem ajudado diversos indígenas a se manterem no município de Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul, para concluir sua primeira graduação, o que demonstra a necessidade de pensar e refletir sobre as políticas de inclusão e acesso ao ensino superior, para reparar as desigualdades étnico-sociais existentes na contemporaneidade acadêmica.

Mesmo com o apoio de projetos como o Rede de Saberes/NEPPI/UCDB, ainda é muito tensa, complicada e difícil a passagem de um estudante indígena pela universidade. Enfrentam dificuldades como moradia e alimentação, mas também adversidades vivenciadas pelos indígenas em decorrência do preconceito racial, discriminação intensificada pela LGBTfobia, caso o mesmo seja LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros).

A partir dos diálogos com os acadêmicos indígenas, tivemos a oportunidade de perceber por meio de suas falas o quão desgastante são suas experiências negativas vividas em âmbito acadêmico. Refletindo sobre isso, notamos que são encontradas dificuldades maiores do que para um não-índio, causando frequentemente a evasão acadêmica.

Desta forma, enquanto sujeitos não-indígenas, vemos no desenvolvimento desta pesquisa uma possibilidade de contribuir para que sejam reformulados os pensamentos em torno das temáticas indígenas e, na condição de pesquisadores no campo da educação, temos a oportunidade de atuar na luta para a desestruturação da subalternização, inferiorização e silenciamento dos povos tradicionais.

---

<sup>2</sup> Os três autores do referido artigo são sujeitos não-indígenas. No momento da construção deste estudo, dois dos autores se encontravam na condição de professores nos cursos de graduação da Universidade Católica Dom Bosco, e o terceiro autor se fazia acadêmico em nível de graduação e estagiário no NEPPI/UCDB.

Nesse período em que permanecem na universidade, podemos ser incentivadores e contribuir para o protagonismo indígena no que se refere à ocupação de espaços em âmbito social, político e acadêmico/científico.

Construímos este trabalho a partir de entrevistas realizadas com acadêmicos indígenas em formação/formados pela UCDB, sob as diretrizes do Comitê de Ética e Pesquisa/CEP para com as pesquisas científicas com seres humanos e respeitando o espaço/vontade dos entrevistados. Foram efetuadas gravações com os acadêmicos Ademar Tsereowé e Elinaldo Tsereaube do povo Xavante e Andrya Kiga do povo Boe Bororo (ambos os povos situados no estado de Mato Grosso).

Com o intuito de entender os processos pelos quais passaram os interlocutores desta pesquisa, desenvolvemos a investigação sob os encaminhamentos metodológicos fornecidos pela História Oral (FERREIRA; AMADO, 2006), cuja perspectiva visa a construção do conhecimento de forma que os discursos voltados aos acadêmicos indígenas advenham das palavras dos próprios, que foram e são protagonistas nesse processo. Além disso, fundamentados sob a História Oral, produzimos este artigo na expectativa de contribuir para o registro e a exposição de narrativas que tensionam o espaço universitário a perceber a diversidade cultural que transita por esse ambiente.

Buscamos ainda, por intermédio do diálogo com estes estudantes, analisar suas respectivas trajetórias dentro da universidade, investigar as dificuldades enfrentadas pelos acadêmicos para se manterem no ensino superior e contextualizar suas vivências neste ambiente que, historicamente foi arquitetado e direcionado a uma pequena parcela privilegiada não indígena.

Ao longo do estudo discorreremos também sobre as relações interpessoais estabelecidas em meios sociais diretamente ligados à sua jornada acadêmica, a começar pela residência (próxima à universidade para facilitar a locomoção até a mesma), na qual ficam hospedados convivendo com diferentes etnias indígenas neste mesmo local; o campus universitário, onde entram em contato com múltiplas personalidades e culturas; e por fim a sala de aula, na qual as pessoas que ali coabitam (a maioria) os acompanharam até o fim da graduação.

Fazemos essas discussões na expectativa de avançar em relação ao tema, porém com o reconhecimento da relevância de produções já concebidas sobre o mesmo e que, algumas por sinal, se apresentam neste estudo enquanto base

teórica. Os professores Antônio Carlos de Souza Lima, Beatriz dos Santos Landa, Eva Maria Luiz Ferreira, Antônio H. Aguilera Urquiza e Fernando de Luiz Brito Vianna, produziram um livro contextualizando historicamente o surgimento e a estruturação do Programa Rede de Saberes, explicitando o processo de financiamento de projetos pela Fundação Ford e a participação do Laboratório de Pesquisa em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento- LACED e do Projeto Trilhas do Conhecimento, que vieram a direcionar verbas desse fundo internacional para o Rede de Saberes (VIANNA *et al.*, 2014).

Outra produção significativa para a discussão do tema é a trazida pela professora Maria Macedo Barroso e o professor supracitado, Antônio Carlos de Souza Lima, onde discorrem especificamente sobre o Projeto Trilhas do Conhecimento e como ele colaborou para a captação de fomento para o desenvolvimento de ações afirmativas voltadas ao ensino superior de indígenas no Brasil (LIMA; BARROSO, 2018).

A professora, anteriormente citada, foi coordenadora do Programa na UCDB até o ano de 2022, contribuindo significativamente na organização e gestão do projeto na instituição, mas também colaborou com investigações acadêmicas junto da professora Beatriz dos Santos Landa, que atualmente coordena o Programa Rede de Saberes na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul- UEMS, campus de Dourados. Juntas, dissertaram sobre as experiências de acadêmicos indígenas no ensino superior no contexto do Mato Grosso do Sul, ressaltando os 10 anos de existência do Programa Rede de Saberes (LANDA; FERREIRA, 2016).

Em suma, trabalharemos expondo a iniciativa do Programa Rede de Saberes - Permanência de Indígenas no Ensino Superior, que promove uma política de permanência dos discentes indígenas na universidade, promovendo-lhes suporte em diferentes instâncias, ajudando a criar “[...] um ambiente propício a que, antes de tudo, os ingressos da Universidade contrariem as fortes pressões em termos de discriminação e estereotipia para afirmar-se individualmente como indígenas” (VIANNA *et al.*, 2014, p. 11).

## 2 A UNIVERSIDADE COMO ESPAÇO DE AFIRMAÇÃO ÉTNICA E DE TRANSFORMAÇÃO

Localizado na região Centro-Oeste do país, o estado de Mato Grosso do Sul possui um número significativo de povos indígenas. São aproximadamente 80 mil índios (SESAI/MS), divididos em diferentes grupos étnicos, sendo eles: Guarani-Ñandeva, Guarani-Kaiowá, Terena, Kadiwéu, Kinikinau, Guató e Ofaié. A história dos povos indígenas de nosso estado é marcada pelo esbulho de suas terras (principalmente o povo Guarani), que resultou em um processo de confinamento no qual foram submetidos a residirem em territórios reduzidos, as chamadas reservas indígenas (FERREIRA; BRAND, 2009).

Apesar da lamentável expropriação de suas terras, não somente o povo Guarani, mas também a maioria dos povos indígenas têm reivindicado seus territórios com mais veemência, amparados nas disposições constitucionais de 1988 (FERREIRA; BRAND, 2009). Em muitas situações, os conflitos e as tensões são maiores, principalmente por se tratar de um Estado em que a “cultura do boi” dita as regras e impõe seus valores, e a economia do agronegócio e da pecuária constrói, estimula e reproduz um discurso carregado de estereótipos e intenso preconceito e discriminação, ou seja, um discurso fortemente marcado pela colonialidade. Reconhecer que vivemos na colonialidade significa dizer que as assimetrias de poder construídas e produzidas durante o período colonial continuam presentes e marcantes nas relações de poder e de dominação no momento atual (VIEIRA, 2015).

Um direito reivindicado pelos povos indígenas atualmente é acesso ao ensino superior, uma vez que o mesmo

[...] é direito de todos e que tal direito se insere num movimento coletivo de mudança, que aponta para a adoção de políticas públicas inclusivas, para a transformação dos sistemas educacionais e das práticas sociais, que envolvem as relações com as famílias e a comunidade. (AMADO; BROSTOLIN, 2011, p. 2).

É visível o aumento do número de acadêmicos indígenas nas universidades quando comparados a alguns anos atrás. Isso ocorreu porque a Lei de Cotas (BRASIL, 2012)<sup>3</sup> auxiliou o ingresso destes estudantes em universidades públicas,

<sup>3</sup> Em seu Artigo 5º diz: “Art. 5º Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as

porém a mesma não se faz suficiente para confirmar com clareza a presença indígena no ensino superior e notamos isso quando não vemos a presença dos mesmos com notoriedade nas IES (Instituições de Ensino Superior).

Estes povos estão, cada vez mais, buscando espaço para que sejam notados e respeitadas as suas “diferenças” e perceberam:

[...] o ensino básico de qualidade nas suas aldeias e as Universidades como espaços estratégicos relevantes em seus esforços de melhorar suas condições de inserção, diálogo e de enfrentamento nesses novos territórios, sem abrir mão da afirmação de suas múltiplas identidades e projetos de autonomia. (BRAND; CALDERONI, 2012, p. 88).

Neste contexto da busca pela universidade, se fazem necessárias estruturas de apoio a eles, para que tenham condições de reivindicar seu espaço dentro da academia, onde complementarão seus entendimentos ancestrais e, posteriormente, utilizarão os novos aprendizados em prol de sua comunidade. Na tentativa de amparar esta resistência indígena, algumas iniciativas foram tomadas por Instituições de Ensino Superior, como é o caso da Universidade Católica Dom Bosco que, por meio das ações do professor Antônio Brand (*in memória*), em parcerias com IES públicas e financiamento da Fundação Ford, idealizou e edificou o Programa Rede de Saberes- Permanência de Indígenas no Ensino Superior.

O Programa está em vigor atualmente e vêm sendo amparo para os acadêmicos/as indígenas desde 2005, quando foi concretizado através da parceria entre a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), recebendo fundos, para a realização das atividades, da Fundação Ford (LANDA; FERREIRA, 2016).

Em um conjunto de o Programa Rede de Saberes promove diversas atividades para auxiliar e prestar assistência aos indígenas. As realizações por parte do Programa abrangem o financiamento de moradia para os acadêmicos indígenas que vêm de fora do município de Campo Grande e do estado do MS, além da oferta

---

vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE”. (BRASIL, 2012).

de bolsas de até 100% para os cursos de graduação da instituição. Presta também assistências mais pontuais, como por exemplo o fornecimento de materiais didáticos; impressora para realização de cópias; ambiente com computadores e acesso à internet; monitorias para auxiliar no entendimento dos conteúdos dos cursos; minicursos para o enriquecimento das aprendizagens e do currículo profissional.

Tais ações estimulam a continuidade nas inscrições de indígenas nos processos seletivos da universidade (UCDB). Estes estudantes são oriundos dos povos Terena, Kadiwéu e Kinikinau; Xavante e Boe Bororo, dos estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, respectivamente. Estão presentes nos mais diversos cursos oferecidos pela universidade (UCDB), sendo eles os cursos de Administração, Agronomia, Biomedicina, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Design, Direito, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, História, Jornalismo, Letras, Logística, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Medicina Veterinária, Nutrição, Pedagogia, Psicologia, Publicidade e Propaganda, Serviço Social e Zootecnia. Neste sentido, o Programa “[...] tem sido suporte para que acadêmicos indígenas possam produzir a sua própria história em suas relações estabelecidas com seus grupos de origem e com as instituições de Ensino Superior pelas quais transitam” (LANDA; FERREIRA, 2016, p. 2).

Os escritos das autoras sinalizam aquilo que é possível perceber e observar no dia-a-dia das aulas na graduação, no diálogo com os acadêmicos indígenas onde mostram e apontam a importância de ações desenvolvidas no programa e em depoimentos de egressos que participaram das atividades ao longo da graduação. Ainda, nessa discussão, verificamos a contribuição do Rede de Saberes na continuidade da vida acadêmica de importantes intelectuais indígenas como: o atual secretário executivo do Ministério do Povos Indígenas, o Dr. Luiz Henrique Eloy Amado, o advogado indígena da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil/APIB, Maurício Serpa França, da advogada e professora universitária, Simone Eloy Amado, da Designer e mestra em Antropologia, Kiga Boe, entre outros.

Devemos ressaltar a importância de projetos como este, pois apesar de estarem ganhando espaço no mundo acadêmico, os povos indígenas até hoje sofrem com as cicatrizes deixadas pela colonização e ambientes como o universitário precisam de transformações para que estes indígenas sejam respeitados e tenham as condições básicas de transitarem pelo mundo acadêmico.



Apesar do crescente protagonismo indígena na construção e transformação de sua história, estes povos ainda são subalternizados, constantemente não sendo reconhecidos como detentores de saberes próprios e capacitados para o ensino superior. O conhecimento sobre as possibilidades de ingressar em uma universidade, até este momento, não é propagado nas aldeias como deveria. Isso acontece porque são poucas as ações direcionadas a este público, principalmente no contexto governamental em que vivemos atualmente, como nos mostra Brand *apud* Brand e Calderoni (2012, p. 87) dizendo que ainda:

[...] persiste uma enorme dificuldade e quase incapacidade das diversas instâncias que compõem o Estado (Executivo, Judiciário e Legislativo) e suas estruturas burocráticas em superar uma visão profundamente monocultural e colonialista, que marcou a relação histórica dos Estados Nacionais com esses povos e incorporar a ideia, ou a perspectiva pluricultural, ou melhor, intercultural nas políticas públicas voltadas para os povos indígenas.

As políticas públicas direcionadas aos povos tradicionais, atualmente são desenvolvidas, em grande parte, por não índios ou até mesmo lideranças indígenas atreladas à condução autoritária herdada do militarismo do Serviço de Proteção aos Índios, e posteriormente da Fundação Nacional do Índio- FUNAI. Este contexto acaba por se tornar um agravante para a escassa presença indígena no ensino superior, pois os mesmos representam uma ameaça a essa estrutura:

Afinal de contas, os indígenas formados nas universidades acumulam conhecimentos novos, que os capacitam com uma visão crítica e transformadora, e ao retornarem para suas comunidades estarão sedentos de contribuir para as mudanças que precisam ser feitas pela comunidade para melhorar as condições de vida das pessoas, questionando, enfrentando e denunciando muitas vezes práticas viciadas de corrupção e autoritarismo de lideranças indígenas forjadas pela ideologia tutelar, paternalista e autoritária da prática indigenista da FUNAI. (BANIWA; OLIVEIRA; HOFFMANN, 2010, p. 9).

Como vimos no tópico anterior desta pesquisa, a permanência/passagem destes indígenas pela graduação é cheia de complicações. O ambiente acadêmico em si é propício à desalegres experiências para os que foram, intencionalmente, deixados às margens desses espaços. Historicamente o cenário educacional, desde o ensino básico até a criação do ensino superior, tem sua matriz alicerçada pelo saber científico eurocêntrico e podemos confirmar isso analisando o período

colonial. Conforme Brasil e Portugal adentravam ao sistema capitalista mundial, os interesses educacionais jesuítas se alteravam e neste contexto:

[...] os índios foram deixados de lado pela missão educacional da Companhia de Jesus, que os substituíram pelos filhos dos grandes proprietários agrários. A ação pedagógica jesuítica, na prática, ficou reduzida a formação de um minúsculo estrato social de letrados que, através do domínio do saber erudito e técnico europeu de então, orienta as atividades mais complexas e opera como centro difusor de conhecimentos, crenças e valores. (MELO; SANTOS; ANDRADE, 2009, p. 3).

Sobre a essência da universidade, reafirmamos que sua construção se deu, primariamente, para atender interesses nacionais, onde o ensino direcionava-se de maneira profissionalizante, visto que a universidade:

[...] foi criada não para atender às necessidades fundamentais da realidade da qual era e é parte, mas pensada e aceita como um bem cultural oferecido a minorias, sem uma definição clara no sentido de que, por suas próprias funções, deveria se constituir em espaço de investigação científica e de produção de conhecimento. Produção essa que deveria procurar responder às necessidades sociais mais amplas e ter como preocupação tornar-se expressão do real, compreendida como característica do conhecimento científico, mas sem a falácia de respostas prontas e acabadas. (FÁVERO, 2006, p.19).

Mesmo com todas essas informações a respeito da construção educacional em nosso país e sobre as estruturas que, na atualidade, encontram-se administradas sob um viés ainda atrelado a uma lógica cultural ocidental, encontramos na sociedade pessoas contrárias à Lei de Cotas (BRASIL, 2012), alegando esta ser um reforçador das diferenças, quando de fato esta se faz uma tentativa de minimizar as disparidades e injustiças cometidas pelos processos seletivos das IES brasileiras ao longo da história (BANIWA, 2006). Não podemos fechar os olhos e dizer que todos têm as mesmas oportunidades de acesso às IES, basta analisarmos a nossa volta e ver que:

É absolutamente desigual e injusto que estudantes indígenas de aldeias, negros das periferias das grandes cidades, que durante toda a vida vivenciaram as péssimas condições do ensino público, concorram a algumas pouquíssimas vagas nas universidades com os filhos das elites que sempre estudaram nas melhores escolas privadas ou públicas e ainda puderam contar com seletos cursos preparatórios especializados. (BANIWA, 2006, p. 165).

Por isso, a presença indígena no ensino superior não pode mais ser vista sob a ótica colonizadora, pois esta reafirma a subjugação das narrativas indígenas, submetendo-os à deslegitimação de seus conhecimentos e taxando-os como limitados, saberes de segunda categoria (URQUIZA; CALDERONI, 2015). Ao ingressarem nas IES, os estudantes indígenas, infelizmente, ainda vivenciam um ambiente ríspido quanto ao diálogo entre saberes, onde toda legitimação do conhecimento continua sendo pautada sob as lógicas ocidentais. Isto acaba por apresentar certo preconceito, visto que é quase uma afirmação de que os saberes tradicionais não têm valor. Isso nunca será realidade, uma vez que a história dos povos indígenas brasileiros antecede a conquista portuguesa, provando que são dotados de conhecimentos autênticos milenares que foram a base para a perpetuação de suas civilizações, conhecimentos estes que atendiam às suas necessidades e desejos, assim como qualquer outra civilização humana (BANIWA, 2006).

É importante lembrarmos e pensarmos sobre isso para desconstruirmos a ideia de dependência dos povos indígenas em relação à população ocidental para que possam sobreviver, como argumenta Baniwa:

É óbvio que os conhecimentos científicos e tecnológicos da sociedade moderna são importantes e desejáveis para aperfeiçoar suas condições de vida, como é o desejo de toda a sociedade humana. Mas isso não significa que sem eles os índios não possam se manter. Como se explicaria então o desenvolvimento de centenas de complexas civilizações autóctones no continente americano milhares de anos antes da chegada dos europeus? (BANIWA, 2006, p. 170).

Com o ingresso de vários indígenas no nível superior, conhecimentos postos como científicos advindos da estrutura universitária ainda carregada de concepções modernas/colonizadas (MIGNOLO, 2010), têm sido tensionadas a partir das atuais relações interculturais. A atuação dos povos tradicionais tem contribuído para uma inquietação no espaço acadêmico, na perspectiva de se reconhecer as diferenças e seus conhecimentos específicos, de modo que se ampliem as possibilidades de análise, não sendo somente atreladas à epistemologia ocidental, tida há alguns anos como única lógica possível (NASCIMENTO, 2014).

### **3 “[...] EU, COMO ACADÊMICO INDÍGENA, EU TÔ LÁ POR UM ÚNICO OBJETIVO, O ESTUDO [...]” : O DESLOCAMENTO PARA O ESPAÇO URBANO E A ENTRADA NA UNIVERSIDADE**

A ampliação da oferta de educação nas comunidades indígenas, inicialmente com o Ensino Fundamental, ciclos I e II e, complementada pelo Ensino Médio, constata um fluxo cada vez maior de indígenas concluintes da Educação Básica. Diante desse cenário e do aumento quantitativo da universidade, temos observado o aumento de matrículas de acadêmicos indígenas no ensino superior.

Nessa discussão, Paladino (2012) escreve que a busca das populações indígenas pelo ensino superior inicia diante da

[...] necessidade de adquirir melhores ferramentas para a interlocução com os diferentes órgãos governamentais responsáveis pela implementação de políticas indigenistas e de qualificar a participação de indígenas em projetos e ações de interesse de suas comunidades. Neste contexto, a educação superior é percebida por muitos como um meio de prepará-los para tais expectativas e necessidades. (PALADINO, 2012, p. 176).

Ainda sobre esse assunto, observamos que o compromisso para a construção de uma nova educação escolar indígena é um fator significativo que tem levado muitos professores indígenas com formações em nível médio a procurar o ensino superior. Diante desse cenário, percebemos um aumento da presença do protagonismo indígena, tanto no diálogo, quanto na elaboração de políticas públicas para o seu povo e de projetos para a sua comunidade. Com isso, a influência externa tem ocorrido de outras formas e ocupando espaços diferenciados (VIANNA *et al.*, 2014).

É importante destacar que no período de implantação do Programa Rede de Saberes na UCDB, espaço de análise deste artigo, os acadêmicos indígenas matriculados nos diferentes cursos de graduação da instituição<sup>4</sup> eram de etnias indígenas do Mato Grosso do Sul. A partir de estudos realizados sobre o programa, o ano de 2005 registrou a matrícula de 25 acadêmicos indígenas, em 2006, foram 41 matrículas realizadas, no ano de 2007 tivemos o registro de 52 acadêmicos

<sup>4</sup> Administração, Agronomia, Biologia, Comunicação Social (Jornalismo), Design, Direito, Educação Física, Enfermagem, Engenharia da Computação, Engenharia Mecânica, Engenharia Sanitária e Ambiental, Farmácia, Filosofia, Fisioterapia, Geografia, História, Letras, Matemática, Nutrição, Pedagogia, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnologia em Redes de Computadores, Terapia Ocupacional ou Zootecnia (VIANNA, *et al.*, 2014, p. 26-27).

indígenas matriculados (VIANNA *et al.*, 2014). Na segunda fase de desenvolvimento do programa, no período de 2011 à 2014, a UCDB passou a oferecer bolsas sociais de 50% e 100% e teve a entrada de 85 acadêmicos indígenas em cada ano. É durante o segundo momento do Rede de Saberes que a presença de diferentes etnias, residentes fora do contexto do Mato Grosso do Sul, inicia.

Nesse novo contexto, para adentrar nos cursos de graduação da Universidade Católica Dom Bosco/UCDB, as seleções são realizadas, através da comunidade salesiana residente na aldeia, processos seletivos, pois o número de bolsas destinadas aos indígenas é limitado. Após a seleção, os aprovados são orientados a se mudarem para o município de Campo Grande - MS, e partir daí já começa o desafio, uma vez que, para os indígenas, é extremamente difícil sair da comunidade, isso porque seus vínculos familiares são muito fortes e a comunidade é algo carregado de significados para eles (KARAJÁ, 2020).

É importante destacar que esse processo mencionado acima, é uma conquista recente dos indígenas, principalmente para aqueles cujas comunidades estão no estado de Mato Grosso e possuem missões religiosas salesianas. Essa aproximação com os salesianos, no contexto discutido neste artigo, facilitou a entrada de acadêmicos indígenas na Universidade Católica Dom Bosco, pois as missões instaladas nas aldeias promoveram processos seletivos específicos para os indígenas das comunidades em que estavam. Por meio deste seletivo eram selecionados os acadêmicos para ingressarem na UCDB, sendo então, para muitos, o início dos estudos na educação superior.

Nesse sentido, ao passarem pelo seletivo e se deslocarem até a Universidade, reforçaram-se alguns processos de afirmação étnica, significativas lutas em busca de direitos e a ocupação de espaços que a formação no ensino superior possibilitaria. A decisão de sair da aldeia, se direcionar até a universidade, é um projeto coletivo de apropriação das ferramentas oferecidas pelo mundo ocidental, com as quais querem melhor negociar suas demandas e construir suas autonomias.

Voltando nossas atenções para os acadêmicos indígenas que estão matriculados nos cursos da UCDB, identificamos que as primeiras dificuldades já aparecem nos procedimentos burocráticos de entrada no ensino superior. Após esse início conturbado, os estudantes vão para a residência ou república estudantil, onde ficam hospedados durante seus 4 ou 5 anos de curso.

Esse espaço de convívio e moradia é financiado pelo projeto Rede de Saberes. Em conversa com alguns acadêmicos, é possível identificar que é neste que se desenvolvem, mesmo que de maneira involuntária, relações interculturais de grande valor, tanto para eles, quanto para nós, não-indígenas que estamos convivendo com os mesmos na universidade, lemos e/ou pesquisamos a respeito dos estudantes indígenas. Em conversa com indígenas universitários, Xavante e Boe Bororo, tivemos a oportunidade de perceber em suas falas que a primeira experiência na residência causaram-lhes estranheza sobre como seria essa vivência em grupo, visto que habitavam ali diferentes etnias. Porém, o tempo colaborou para uma convivência harmoniosa, conforme apresentam os discursos: *“Foi uma coisa que me chamou muita atenção, dois povos que não se davam estarem na mesma casa. Mas a gente foi se conhecendo, foi convivendo e aprendendo um com outro. Eu aprendi muito com eles, com os Bororos e eles a nós também”* (Elinaldo Tsereaube, indígena Xavante, entrevista II).

*A casa foi super de boa, porque, fora ter colegas de outras aldeias, tinham também colegas de outras etnias. Então nesse 1 ano a gente foi construindo uma família. A gente se ajudava no que podia; a gente sabia dividir as coisas. A gente brigava às vezes, mas é normal de toda família. Mas a gente se entendia muito um com o outro, se preocupava com o outro [...] nessa pandemia mesmo, a outra etnia manda mensagem para gente e a gente para eles, perguntando se estão bem [...] (Andrya Kiga, indígena Boe Bororo, Entrevista III).*

Apesar da semelhante fala dos acadêmicos a respeito disso, havia outras barreiras a serem quebradas dentro desta convivência, e a maior delas era a língua. Os acadêmicos do povo Xavante falavam fluentemente sua língua materna, tendo dificuldades com o entendimento da língua portuguesa, enquanto que os do povo Boe Bororo, compreendiam melhor o português e raramente falavam sua língua materna. Essa diferença linguística proporcionou um incentivo mútuo de aprendizado. De um lado, a frequente fala na língua Xavante estimulava os colegas do povo Boe voltarem a falar sua língua materna e, por outro lado, o desenvolvimento do povo Boe para com a língua portuguesa encorajava os estudantes Xavante a melhorarem sua relação com o idioma:

*Cheguei lá [na residência] estavam lá ainda o meu irmão [entrevistado I] e o Advailson; eram os veteranos daqui dos Xavante. A gente conversava na nossa língua e eles [colegas Boe] ficavam quietos, meio espantados [...].*

*nessa convivência alguns tiveram curiosidade do porque a gente falava e logo em seguida, parece que a gente despertou essa vontade de eles [Bororo] começarem a falar de novo. Porque na história diz que o povo Bororo tinha perdido sua língua há alguns anos atrás, só que encontrei lá povos de duas regiões, os daqui de Meruri e os de Rondonópolis. Os de Rondonópolis falavam fluentemente a língua deles [...]. Eu fiquei admirado porque até então eu não sabia que alguns ainda falavam [aldeia Bororo de Rondonópolis]. (Elinaldo Tsereaube, indígena Xavante, entrevista II).*

Em contrapartida a esse estímulo e aprendizagem recíproca, coexistiam diferenças culturais, herança do passado histórico<sup>5</sup> dos Xavantes e dos Bororos que, além da perda do território tradicional em decorrência do contato com a sociedade dita nacional, tiveram conflitos territoriais entre as próprias comunidades. Apesar disso, houve, por parte dos estudantes indígenas, um reconhecimento de que cada cultura era igualmente importante para os seus povos e mereciam tamanho respeito. Os acadêmicos demonstram em suas palavras, quão rica e necessária foi a experiência de conviver com colegas de outras etnias, para que houvesse uma reflexão a respeito de ambos os povos e a quebra de uma barreira histórica entre essas etnias: *“Eu entrei com uma nova visão. Aquela história para mim foi só história [...]. Mas eu, como acadêmico indígena, eu tô lá por um único objetivo, o estudo e não a história antiga que o pessoal carregava consigo [...]”* (Elinaldo Tsereaube, indígena Xavante, entrevista II).

*No meu pensar não tem mais isso, porque agora os povos indígenas entendem que precisam se unir [...] agora a gente entende que precisamos lutar como um só, porque enquanto a gente está fazendo atrito um com o outro, tem um monte de branco tentando derrubar os povos indígenas. [...] isso ajudou muito a gente não ficar pensando nesse atrito que a gente tinha. Acho que isso ficou no passado, já abrimos nossas cabeças. A gente entende que precisamos ficar unidos [...] a gente luta por eles e eles por nós. (Andrya Kiga, indígena Boe Bororo, entrevista III).*

<sup>5</sup> Em 1902, os Salesianos fundaram a Colônia do Sagrado Coração e iniciaram a catequese dos Bororo. Em 1906, criaram a Colônia do Sangradouro, que mais tarde acolheria os Xavante expulsos da área de Parabuburi. “Atualmente, os Bororo detêm seis Terras Indígenas demarcadas no Estado do Mato Grosso, num território descontínuo e descaracterizado, que corresponde a uma área 300 vezes menor do que o território tradicional. As TIs Meruri, Perigara, Sangradouro/Volta Grande e Tadarimana estão registradas e homologadas; a TI Jarudori foi reservada aos índios pelos SPI (Serviço de Proteção ao Índio), mas foi sendo continuamente invadida, a ponto de hoje estar totalmente ocupada por uma cidade; já a TI Teresa Cristina está sob júdice, uma vez que sua delimitação foi derrubada por decreto presidencial” (ISA, 2014).

Portanto, sabendo das experiências dos acadêmicos em âmbito social residencial, podemos ter breves conclusões de que a diversidade étnica não foi e nunca será empecilho para o crescimento intelectual e pessoal dos indivíduos. Devemos nos espelhar mais nestes relatos, de modo que possamos estabelecer com o “outro” uma troca de conhecimento, nos abrindo a novas possibilidades e interpretações, sempre respeitando as especificidades de cada um.

#### **4 “EU FIQUEI PENSANDO, COMO QUE EU VOU ENFRENTAR ESSAS PESSOAS E ESSA FACULDADE GRANDONA”: AS TRAJETÓRIAS DOS ACADÊMICOS INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE**

Conforme apresentado, o primeiro contato dos estudantes indígenas com a instituição de ensino superior é marcado pela dificuldade. Isso porque é uma realidade diferente da vivenciada na aldeia; então os problemas começam no próprio ingresso onde, além de terem de passar por um processo burocrático em que é realizada a seleção dos documentos necessários para criar um elo formal com a universidade, lidam também com a mudança brusca de rotina, mudando-se para o município de Campo Grande- MS, como vemos nas palavras do Entrevistado I (relato oral):

*Eu me senti assustado e principalmente fiquei com saudade. Mato Grosso e Mato Grosso do Sul é muito longe! Isso que ‘quase me matou’ [...]. Quase desisti no primeiro semestre por causa de saudade da minha família, nunca deixei eles tão longe assim [...]. Eu fiquei pensando, como que eu vou enfrentar essas pessoas e essa faculdade ‘grandona’ [...]. (Ademar Tsereowe, indígena Xavante, entrevista I).*

Estes procedimentos burocráticos se tornam um pouco mais fáceis devido às orientações fornecidas através do Programa Rede de Saberes, pois o mesmo promove ações para facilitar a vida universitária destes acadêmicos, práticas essas que abrangem a facilitação de materiais didáticos, fornecimento de fotocópias, equipamentos e salas de informática (VIANNA *et al.*, 2014). Direccionam também, assistência:

[...] no tocante seja à assimilação dos conteúdos tratados em sala de aula e em textos de estudo, seja à expansão dos seus recursos de construção do conhecimento: cursos extra de línguas e informática; tutorias de matérias específicas; oficinas de elaboração de projetos e incentivo à participação



em grupos de pesquisa; organização de seminários e encontros nos quais a condição de acadêmico indígena é valorizada e colocada em relação com as discussões mais amplas sobre a realidade de suas comunidades. (VIANNA *et al.*, 2014, p. 11).

E por isso sempre é lembrado com muito carinho e gratidão pelos acadêmicos, como podemos ver em suas falas:

Tinha uns colegas que me orientaram e me levaram até o NEPPI. Lá eu encontrei a Héliça e a professora Eva, que me acolheram como acadêmico indígena. Elas me mostraram as possibilidades e o empenho delas para com os indígenas que estavam ali na UCDB. Aí eu me senti acolhido [...] (Elinaldo Tsereaube, indígena Xavante. Entrevista II).

*Na UCDB indicaram a gente para Héliça, a gente foi nela e ela ajudou. A professora Eva também [...]. Ela super indicou a gente certinho nos lugares que era para ir se matricular. Então nessa parte, a gente gostou muito do NEPPI, a gente se sente muito confortável no NEPPI [...].* (Andrya Kiga, indígena Boe Bororo, entrevista III).

Depois de conquistar e aprender estes primeiros acessos ao espaço da instituição e realizar suas matrículas, os acadêmicos passam a circular e vivenciar a universidade na prática. É a partir desse momento que muitas tensões emergem e ficam presentes em suas vidas. Diferentemente das boas experiências no NEPPI e das relações tranquilas mantidas na república estudantil, o ambiente universitário apresenta a esse estudante um contexto onde diferentes culturas e identidades se relacionam, tencionam e buscam no espaço uma afirmação que está em disputa.

Através das entrevistas, compreendemos as particularidades das experiências individuais destes estudantes, visto que muitos eventos, processos e vivências não podem ser entendidas de outra forma que não seja a partir da fala do sujeito da própria história (FERREIRA; AMADO, 2006). Ouvindo-os com atenção, enxergamos a complexidade das experimentações dos universitários indígenas frente às dificuldades encontradas, visto que as universidades, em geral, abrangem os mais variados públicos, sendo estes, em sua grande maioria, alienados ou mesmo totalmente desconhecedores da realidade dos povos indígenas; fato este que aumenta as incertezas destes indígenas quanto à recepção e ao acolhimento por parte da comunidade estudantil não indígena.

No contexto universitário, os estudantes indígenas apresentam particularidades em seus primeiros momentos vivenciando a graduação, relatando as adversidades encontradas em seu contato com a cultura educacional não indígena universitária:

*Primeiro dia que cheguei na sala a gente se apresentou, eu senti um ar assim... de estranheza. Um olhava para a cara do outro e eu me perguntei onde que eu estou? [...]. Que mundo que eu estou? [...]. Entrando para esse mundo eu fiquei muito chocado com a realidade e ao mesmo tempo, me senti indígena. (Tsereaube, indígena Xavante, entrevista II).*

*Fui para o meu primeiro dia de aula no Design. Eu não chego a falar que eu sofri um preconceito no Design não, mas também não tive um acolhimento. Para muitos, não era interesse para a vida deles não [...] parecia que eu não tinha nada a acrescentar para eles. (Andrya Kiga, indígena Boe Bororo, entrevista III).*

Logo de início, percebemos em suas falas tons desanimados, sendo resultado da recepção de uma sociedade acadêmica, até o momento, preconceituosa com os povos tradicionais. O preconceito velado é algo muito presente na contemporaneidade e que infelizmente é de difícil combate devido à falta de evidências concretas que confirmem tais atitudes. Este é mais um dentre os vários outros desafios enfrentados pelo público estudantil indígena no nível superior. Sem exceção, os três entrevistados, em algum momento de sua conversação, explanaram experiências particulares, onde identificaram comportamentos segregacionistas e até mesmo falas agressivamente discriminatórias:

*Dentro da sala, eu fiquei assim [...] é muito difícil de me aproximar. Eu ficava lembrando 'não é assim que eu vivo na aldeia' [...]. Fiz duas semanas sem fazer amizade [...]. Eu percebi bastante um preconceito corporal [...] é difícil alguém falar na cara, mas eu já vi alguns falando nas costas [...] acontece na sala, nos trabalhos em grupo você fica sozinho. (Ademar Tsereowe, indígena Xavante, entrevista I).*

*Quando eu cheguei, a maioria não queria conversar. Poucos (as) se aproximavam, mas era uma conversa bem curtinha. No começo nem me cumprimentavam, eu que cumprimentava [...]. Foi um distanciamento enorme [...]. Um preconceito enorme [...] ninguém queria saber de mim [...] eu percebia como que as pessoas que estudavam ali, olhavam para gente assim de evitar né [...]. Se a gente observar bem a atitude das pessoas, fica muito visível. (Tsereaube, indígena Xavante, entrevista II).*

*Eu acho que sofri mais por ser LGBT [...] percebia no olhar das pessoas, principalmente com o público masculino, eles tinham esse lado mais difícil de entender. As meninas vinham conversar [...] vinham perguntar do meu cabelo, como eu me produzia [...]. Eu sofri muito no tempo da política para a votação do presidente. Eles falavam 'o presidente tem que ganhar para gente exterminar essa raça logo'; 'tomara que legalizem as armas logo pra dar um tiro na cara desse 'viado'. (Andrya Kiga, indígena Boe Bororo, entrevista III).*

A partir desses relatos, conseguimos enxergar a necessidade de desconstrução e ressignificação do ambiente acadêmico, tanto no que se refere à cientificidade do saber, quanto ao reconhecimento e ao respeito à diferença étnico-cultural. Se este meio estivesse realmente desvinculado do cerne colonizador, tal deficiência não seria notada, e estes estudantes provavelmente teriam boas experiências para relatarem a respeito dessas primeiras interações.

Apesar destas dificuldades, os estudantes ainda se mostram resistentes. Segundo as palavras de Karajá (2020), os acadêmicos indígenas têm consciência de que são necessários sacrifícios, e a vontade de se formar e contribuir de alguma forma para com sua comunidade, ultrapassa estes desafios: “*Eu vi bastante [preconceito] [...]. Alguns vão achar que você não sabe de nada [...]. Mas eu não ligo! Eu fui lá para aprender e só. Aprender o que não conheço e para trazer para minha comunidade, para aumentar nosso conhecimento*”. (Ademar Tsereowe, indígena Xavante, entrevista I).

*Teve trabalhos que eu já fiquei sozinho, porque a sala funcionava assim: quem se conhecia ficava ali, ficava lá [...]. E eu ficava olhando pra onde ia. Quando eu olhava para os colegas eles viravam a cara tipo 'aquí não'. Aí eu fazia com quem sobrava. Para mim não importava se isso acontecia, porque o meu foco ali era o estudo. (Elinaldo Tsereaube, indígena Xavante, entrevista II). [...] por ser LGBT eu sofri mais [...]. Tive mais medo, mas não deixei de ser quem eu sou. Eu não esquentava a cabeça com pessoas assim, porque eu tenho um pensamento de que pessoas que fazem isso nem gostam de si mesmas [...]. Eu nem mexo com essas pessoas. Eles falavam e davam mais força para eu continuar minha faculdade [...] sua fala não interferiu em nada, eu continuo aqui fazendo minha faculdade. (Andrya Kiga, indígena Boe Bororo, entrevista III).*

Para não indígenas a graduação já é um processo difícil, pois há uma mudança de rotina onde se afunilam os conhecimentos por área e a própria aprendizagem científica se mostra complicada. Pelas exposições dos entrevistados, notamos

variadas infelicidades encaradas por eles que nós da comunidade ocidental, na grande maioria das vezes, não passamos. Visto isso, não é necessário muito para perceber o quão complexo é a passagem desses alunos indígenas pela academia. Ao analisar as narrativas, fica nítida a necessidade de um suporte para melhor atendê-los, de modo que suas experiências universitárias se tornem satisfatórias e construam um conjunto de memórias e aprendizados que agreguem a eles e seus respectivos povos.

Nesse contexto, a Universidade Católica Dom Bosco- UCDB tem como política de ação afirmativa para os povos indígenas um programa de oferecimento de bolsas de estudos (disponibilizadas pelo Programa) que cobre 100% do valor das mensalidades. Essas bolsas são disponibilizadas para todos os cursos de graduação oferecidos pela universidade, nas áreas sociais aplicadas, saúde, engenharias e humanas. Dessa forma, por meio das ações do Rede de Saberes e esforço dos próprios indígenas, muitos conseguiram concluir o ensino superior e de alguma maneira ajudar sua comunidade.

Em outras palavras, nota-se que a UCDB articulada ao NEPPI/Programa Rede de Saberes, têm possibilitado que os acadêmicos indígenas, apesar das diferentes adversidades, consigam percorrer seus caminhos pela universidade de modo mais agradável, sabendo que a instituição, por meio do NEPPI/REDE, está preparada e disposta a ampará-los nos mais diversos contextos.

## **5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

Não trazemos palavras finais, pois seria grande equívoco limitar as reflexões sobre a passagem de indígenas pelas instituições de ensino superior. Além de reconhecermos que os povos tradicionais, cada vez mais, têm ocupado os espaços de resistência político-social, reconhecemos também a necessidade de novas problematizações acerca do tema, sob óticas diferentes no intuito de contribuir com as discussões acadêmicas e para formação de um ambiente universitário pluriétnico e multicultural.

Dessa forma, os primeiros resultados mostram a pertinência da investigação e exposição do tema para “[...] fazer emergir um debate com novas configurações em torno da produção de conhecimento, outras formas constituídas de saber e suas relações com os campos disciplinares instituídos pela e na modernidade”

(NASCIMENTO, 2014, p. 35). Salientamos ainda a importância da discussão, pois essas questões são hoje parte de nosso cotidiano e orientam/desorientam nossas concepções, ressignificações e a reformulação de nossas epistemes, agora tensionadas por aqueles que historicamente tiveram suas vozes silenciadas e seus conhecimentos subalternizados.

Dessa forma, compreendemos que a presença de sujeitos advindos de comunidades tradicionais nas universidades são mais do que uma questão inclusiva, são presenças que proporcionam transformações no pensamento da sociedade acadêmica, por isso projetos como o Rede de Saberes são tão relevantes, pois proporcionam aos indígenas espaço para que seus conhecimentos tradicionais, aprendizados, histórias e cosmovisões, contribuam para o reconhecimento e legitimação dos múltiplos saberes aqui existentes, anterior a qualquer contato intercontinental.

Finalizamos estes escritos, por enquanto, e esperamos ter colaborado de alguma forma, expondo a temática para o público acadêmico numa tentativa de colocar em prática o que Backes e Nascimento (2011, p. 25) nos apresentam como sendo o exercício de “[...] aprender a ouvir as vozes dos que estão posicionados nas fronteiras da exclusão, articuladas com as fronteiras étnico-culturais” e por meio deste artigo possibilitar, ainda que de forma limitada, que essas vozes sejam ouvidas.

## REFERÊNCIAS

AMADO, Luiz Henrique Eloy; BROSTOLIN, Marta Regina. *Educação superior indígena: desafios e perspectivas a partir das experiências dos acadêmicos indígenas da UCDB*. In: IV SEMINÁRIO POVOS INDÍGENAS E SUSTENTABILIDADE: SABERES TRADICIONAIS E FORMAÇÃO ACADÊMICA, 4., 2011, Campo Grande. *Anais [...]*. Campo Grande: UCDB, 2011.

BACKES, José Licínio; NASCIMENTO, Adir Casaro. Aprender a ouvir as vozes dos que vivem nas fronteiras étnico-culturais e da exclusão: um exercício cotidiano e decolonial. *Série-Estudos*, Campo Grande, n. 31, p. 25-34, jan./jun. 2011.

BANIWA, Gersem José dos Santos Luciano. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. [Coleção Educação para Todos]. Brasília: Edições MEC/UNESCO, 2006.

BANIWA, Gersem José dos Santos Luciano; OLIVEIRA, Jô Cardoso; HOFFMANN, Maria

Barroso. *Olhares indígenas contemporâneos*. [Série Saberes Indígenas]. Brasília: Centro Indígena de Estudos e Pesquisas (CINEP), 2010.†

BRAND, Antônio Jacó; CALDERONI, Valéria Aparecida Mendonça de Oliveira. Povos indígenas e formação acadêmica: ambivalências e desafios. *Currículo sem Fronteiras*, [s.l.], v. 12, n. 1, p. 85-97, jan./abr. 2012.

BRASIL. *Lei n. 12.711*, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso em: 19 maio 2023.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

FERREIRA, Eva Maria Luiz; BRAND, Antônio Jacó. O esbulho do território Guarani no sul de Mato Grosso (1910-1967). *Tellus*, ano 9, n. 17, p. 233-26, Campo Grande, jul./dez. 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Org.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2006.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL [ISA]. Bororo. *Povos Indígenas no Brasil*, São Paulo, 2014.

KARAJÁ, Vanessa Hatxu De Moura. Trajetórias de uma estudante Iny (Karajá): narrativa de acesso e permanência no curso superior. *Tellus*, Campo Grande, ano 20, n. 41, p. 169-73, jan./abr. 2020.

LANDA, Beatriz dos Santos; FERREIRA, Eva Maria Luiz. A experiência de 10 anos do projeto Rede de Saberes: permanência de acadêmicos/as indígenas no ensino superior em MS. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA: NOVAS EPISTEMES E NARRATIVAS CONTEMPORÂNEAS, 5., 2016, Jataí. Anais [...]. JATAÍ: Universidade Federal de Goiás, 2016.

LIMA, Antonio Carlos de Souza; BARROSO, Maria Macedo (Org.). *O projeto trilhas de conhecimentos e o ensino superior de indígenas no Brasil: uma experiência de fomento e investigação para ações afirmativas*. Rio de Janeiro: E-papers, 2018.

MELO, André Lins de; SANTOS, Elisângela de Jesus Ribeiro dos; ANDRADE, Gercília Pereira de. *Ensino superior no Brasil: do elitismo colonial ao autoritarismo militar*. SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS: HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL, 8., 2009, Campinas. Anais [...]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). 2006.

*Acadêmicos indígenas no ensino superior: apresentando trajetórias universitárias que contribuem para a afirmação étnica*

MIGNOLO, Walter. *Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.

NASCIMENTO, Adir Casaro. Fronteiras étnico-culturais e fronteiras da exclusão e o diálogo com as culturas ancestrais: uma construção difícil, mas possível. *Série-Estudos*, Campo Grande, n. 37, p. 33-46, jan./jun. 2014.

PALADINO, Mariana. Algumas notas para a discussão sobre a situação de acesso e permanência dos povos indígenas na educação superior. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 7, n. especial, p. 175-95, dez. 2012.

URQUIZA, Antônio Hilário Aguilera; CALDERONI, Valéria Aparecida Mendonça de Oliveira. A influência dos estudos culturais para a construção dos diferentes olhares e saberes sobre os povos indígenas. *Caderno de estudos culturais*, Campo Grande, v. 7, n. 13. p. 9-22, jan./jul. 2015.

VIANNA, Fernando de Luiz Brito; FERREIRA, Eva Maria; LANDA, Beatriz dos Santos; URQUIZA, Antonio Aguilera. *Indígenas no Ensino Superior: as experiências do programa Rede de Saberes em Mato Grosso do Sul*. Rio de Janeiro: LACED, 2014.

VIEIRA, Carlos Magno Naglis. *A criança indígena no espaço escolar de Campo Grande/MS: identidade e diferença*. 2015. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, 2015.

#### ENTREVISTAS

KIGA, Andrya. Indígena Boe Bororo. *Entrevista III*. Entrevistador: Gustavo dos Santos Souza, 2020. arquivo.mp4, 37 min, set. 2020.

TSEROWE, Ademar. Indígena Xavante. *Entrevista I*. Entrevistador: Gustavo dos Santos Souza, ago. 2020. [Arquivo.mp4, 61 min].

TSEREAUBE, Elinaldo. Indígena Xavante. *Entrevista II*. Entrevistador: Gustavo dos Santos Souza, ago. 2020. [Arquivo.mp4, 48 min].

#### Sobre os autores:

**Carlos Magno Naglis Vieira:** Doutor e mestre em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Graduado em Pedagogia pela Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES). Graduado em História pela UCDB. Professor do Departamento Acadêmico de Ciências da Educação da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho. Líder do Grupo de Pesquisa

Carlos Magno Naglis VIEIRA; Gustavo dos Santos SOUZA; Eva Maria Luiz FERREIRA

Educação Intercultural e Povos Tradicionais/CNPq e vice-líder do Grupo de Pesquisa Educação e Interculturalidade/CNPq. **E-mail:** cmhist@hotmail.com, **Orcid:** 0000-0003-4004-4836

**Gustavo dos Santos Souza:** Doutorando em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Mestre em Educação pela UCDB. Licenciado em História pela UCDB. Membro do Grupo de Pesquisa Educação Intercultural e Povos Tradicionais/CNPq. **E-mail:** gustaucdb@gmail.com, **Orcid:** 0000-0002-0727-7980

**Eva Maria Luiz Ferreira:** Mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Populações Indígenas (NEPPI/UCDB). Historiadora. **E-mail:** evam@ucdb.br, **Orcid:** 0000-0002-7792-6253

Recebido em: 01/11/2022

Aprovado para publicação em: 08/08/2023